



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

ADMINISTRAÇÃO

PROJETO INTEGRADO

GESTÃO DO RISCO NAS PEQUENAS
PROPRIEDADES RURAIS

VINÍCOLA GUASPARI

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

NOVEMBRO, 2021

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
ADMINISTRAÇÃO

PROJETO INTEGRADO
GESTÃO DO RISCO NAS PEQUENAS
PROPRIEDADES RURAIS
VINÍCOLA GUASPARI

MÓDULO TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS

GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCO – PROF. LUIZ
FERNANDO PANCINE

GESTÃO DE AGRIBUSINESS – PROF. DANILO MORAIS DOVAL

ESTUDANTES:

CAMILA BEATRIZ VICENTE, RA 18001748

GABRIELI R. CORREIA, RA 1012018200178

JÉSSICA FONSECA PIRES, RA 1012018200113

RENAN DO P. CALZAVARA, RA 18000632

VINICIUS H. DE OLIVEIRA, RA1012018200315

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

NOVEMBRO, 2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. PROJETO INTEGRADO	7
2.1 GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS	7
2.1.1 PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO	13
2.1.2 MATRIZ DE RISCO	22
2.2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR	28
2.2.2 GESTÃO NAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS	29
2.2.3 GESTÃO DO RISCO PARA UMA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL	32
REFERÊNCIAS	36

1. INTRODUÇÃO

A agricultura é uma das principais fontes de alimentos que abastece o mercado de muitas sociedades. Além disso, em muitos municípios, destaca-se como principal componente do Produto Interno Bruto (PIB), gerando renda e movimentação econômica em outros setores como o comércio.

No entanto, apesar do desenvolvimento tecnológico no setor agrícola ser muito promissor, as variações climáticas adversas influenciam diretamente no resultado final da safra, podendo gerar prejuízos econômicos, tanto para agricultores quanto para a sociedade. Em regiões em que a agricultura é uma das principais fontes de renda, quando há intempéries climáticas, todos os setores são afetados de forma direta ou indireta.

Nas últimas décadas os aspectos climáticos têm resultado em consequências financeiras ao desenvolvimento das atividades agrícolas tornando a agricultura uma atividade com alto grau de incerteza. Neste segmento, uma adequada gestão de riscos tem contribuído para que o agricultor possa enfrentar as situações de desconformidade, mantendo a estabilidade na sua renda e permitindo a sua permanência no campo.

Com o intento de manter a sustentabilidade econômica de seus investimentos, produtores têm utilizado mecanismos de gerenciamento de seus recursos financeiros de forma preventiva. A contratação dos seguros agrícolas tem sido uma das ferramentas mais eficazes, empregada para armazenar riscos de perdas. Esta proporciona a recuperação da capacidade financeira na eventualidade da ocorrência de sinistros que estão fora do controle do agricultor.

Devido a importância do setor para a economia, além dos seguros agrícolas que são comercializados pelas instituições financeiras e seguradoras privadas da agricultura familiar, o Governo Federal mantém através do Banco Central, programas que amenizam o risco nas atividades agrícolas, como o Programa de Garantia de Atividade Agropecuária (Proagro). Dentre os principais objetivos, o seguro agrícola garante a quitação da dívida, possibilitando a reestruturação financeira do produtor, garantindo a continuidade de suas atividades.

Considerando o exposto, o presente trabalho tem por objetivo analisar como ocorre a gestão de risco inerente a alterações de fatores climáticos, pragas e doenças para agricultores.

Desde o início das civilizações a agricultura já estava presente, sendo empregada para a obtenção de alimentos entre os primórdios. Ao longo dos anos foi sendo aprimorada e no século XXI, o Setor Agrícola vem conquistando, cada vez mais destaque no desenvolvimento socioeconômico do país, através da sua importância e das evoluções tecnológicas. Porém, são grandes os desafios, adversidades e ameaças enfrentadas pelos agricultores. Existem diversos fatores que podem ocasionar o desequilíbrio econômico neste setor, tais como: ocorrência de fenômenos climáticos (SIETZ, 2014; LASCO et al, 2014), ataque de doenças e pragas nas lavouras (MULUMBA, 2012), aumentos constantes nos custos de produção e oscilações nos preços agrícolas (AIMIN, 2010; SIETZ, 2014).

A possibilidade de ocorrência desses fatores, que na maioria das vezes não são possíveis de serem evitados, tem contribuindo para que os produtores adotem algumas medidas para minimizar os riscos de sua atividade. Na visão de Damodaran (2009), o risco faz parte da vida cotidiana e na maioria das vezes não pode ser evitado. No âmbito financeiro o risco é definido pela probabilidade de ocorrência de eventos que possam ocasionar perdas monetárias mensuráveis para os investidores. A finalidade da gestão de risco é a utilização de estratégias para eliminar ou ao menos reduzir a exposição ao risco.

Os cultivos agrícolas são expostos à ocorrência de fenômenos climáticos, que na ausência ou no excesso podem influenciar no desenvolvimento uniforme das culturas. Segundo Ozaki (2005) o setor agrícola é uma atividade econômica caracterizada pela sua vulnerabilidade a eventos que estão totalmente fora do controle do produtor. As principais causas que ocasionam a redução da produtividade e perdas no setor agrícola são decorrentes de eventos climáticos tais como: seca, chuva excessiva, ciclone, tornado, granizo, geada, tromba d'água, ventos fortes/frios, incêndios, variação excessiva de temperatura, ataque descontrolado de pragas e doenças sem método

difundido de controle entre outras, que podem afetar diretamente as culturas nos diferentes estágios de produção.

Para Guimarães e Nogueira (2009), a agricultura é uma atividade de elevados riscos e significativas incertezas. Essas inseguranças são decorrentes tanto da instabilidade das questões climáticas, quanto das pragas e doenças e oscilações no mercado. Uma adequada gestão de riscos agrícolas é indispensável para que se tenha estabilidade da renda do agricultor, garantindo a sua permanência no campo e na atividade agrícola.

Para se precaver dos prejuízos que são inevitáveis, o Processo de Gestão de Risco Agrícola possui várias medidas que podem ser adotadas por agricultores. Uma das formas de contingência mais comum é a contratação das apólices de seguros, que através da indenização o agricultor pode recomeçar a reestruturação dos empreendimentos (BUAINAIN; VIERA, 2011).

Para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), deve-se realizar a gestão de risco rural, para que as perdas sejam evitadas, planejando as fases de cultivo, o agricultor informar-se sobre zoneamento agrícola. Através dessa ferramenta, é possível plantar de acordo com a análise histórica do comportamento do clima por região. Para se proteger de possíveis prejuízos, o agricultor pode contratar o Seguro Rural com parte do prêmio sendo subsidiado pelo governo.

Outra forma de reduzir riscos, destacado por Batalha, Buainain e Souza Filho (2005) é o uso de sistemas de informação pelos agricultores para considerar dados históricos de sua produção e cotação agrícola do mercado.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), também se refere a uma forma de Gestão de Risco Agrícola. É uma ação de apoio ao setor agrícola, pois visa garantir às famílias agricultoras que acessam as linhas de Pronaf, um bônus, uma espécie de desconto no valor que deverá ser pago nos financiamentos, em caso de baixa de preços no mercado, dos produtos por eles produzidos.

Para garantir o abastecimento nacional e assegurar que os produtores obtenham renda para se manter e permanecer na atividade rural, o MAPA, possui a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Esse sistema realiza um acompanhamento constante dos preços no mercado e busca intervir quando necessário, realizando a compra dos produtos diretamente dos agricultores.

Dentre as providências tomadas na exploração das atividades destacam-se: plantio nos períodos de sazonalidade das culturas, elaboração de contratos antecipados com produtores de maior porte. Pois, com a possibilidade de armazenar o produto e comercializar em maior quantidade em períodos em condições favoráveis ao mercado, garantindo assim um preço que compense o capital investido.

- **PROAGRO**

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) é uma espécie de seguro público, administrativo pelo Banco Central do Brasil e visa atender aos pequenos e médios produtores, garantido a quitação das obrigações financeiras, referentes às operações de crédito com o custeio da safra, caso não seja possível efetuar o pagamento desta devido à ocorrência de fatores climático, pragas e doenças que possam atingir as áreas das plantações. É custeado por recursos do governo proveniente da contribuição que é paga pelo agricultor, sendo que para ser beneficiário do programa deve ocorrer uma adesão formal.

No início dos anos 2000, a chegada da família Guaspari a Espírito Santo do Pinhal estimulou uma nova cultura agrícola na região, tradicionalmente conhecida pelo cultivo de café. Após estudos sobre o terreno e as condições climáticas do local, a família decidiu colocar em prática o sonho de produzir e engarrafar vinhos. Para isso, transformou uma antiga fazenda de café em vinícola. A área de cultivo com 50 hectares tem terreno granítico e paisagem que se assemelha à região da Toscana, na Itália. Em 2006, foram plantadas as primeiras videiras.

Em 2014 foram lançados os primeiros vinhos e a vinícola foi a primeira vinícola brasileira a receber medalha de ouro no "Decanter World Wine Awards" para seu Syrah - Vista do Chá nas safras 2012 e 2014.

A Guaspari também é pioneira e um dos principais motores de um novo pólo de produção de vinhos finos no estado de São Paulo.

2. PROJETO INTEGRADO

Nesta etapa do PI são apresentados os conteúdos específicos de cada unidade de estudo e como são aplicados no respectivo trabalho.

2.1 GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS

O gerenciamento de riscos é uma estratégia essencial no mundo dos investimentos. Basicamente, um risco é uma possibilidade de um investimento não ter o retorno esperado, ser impactado por variáveis do mercado ou mesmo gerar prejuízos.

Considerando que nenhum ativo possui risco zero, o investidor precisa estar pronto para enfrentar as incertezas e ameaças do mercado antes de comprometer seu dinheiro.

O que é gerenciamento de riscos

Gerenciamento de riscos é um conjunto de estratégias e práticas que buscam identificar, mitigar e controlar riscos para evitar perdas. No contexto dos investimentos, significa entender os diferentes graus de risco dos ativos e compor uma carteira que proteja seu patrimônio da ameaça do prejuízo.

Na verdade, nenhum investimento está totalmente livre de riscos, até o mais sólido dos títulos públicos pode perder valor no mercado, por exemplo. No mercado financeiro, especialmente, o risco costuma ser proporcional ao retorno, exigindo do investidor uma estratégia eficaz para lidar com as incertezas sem comprometer sua rentabilidade.

Em outras palavras: os riscos são inevitáveis para o investidor, mas é possível gerenciá-los para obter ganhos maiores sem abrir mão da preservação de capital.

Como funciona o gerenciamento de riscos na prática

Na prática, o gerenciamento de riscos se baseia em vários tipos de ameaças e incertezas que rondam os investimentos.

Risco de mercado

O risco de mercado é representado pelas variações de preços e indicadores econômicos que influenciam o mercado financeiro. É o caso da volatilidade das ações, que sobem e descem na bolsa conforme a oferta e demanda.

Para gerenciar esse tipo de risco, o investidor pode lançar mão da diversificação de ativos, evitando que o capital esteja concentrado em um único ativo sujeito às oscilações do mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito se refere à possibilidade de uma empresa ou instituição financeira ir à falência ou não cumprir com o acordo de remuneração. Para gerenciar esse risco, é importante escolher instituições confiáveis antes de comprar títulos e recorrer a aplicações cobertas pelo FGC (Fundo Garantidor de Crédito), por exemplo.

Risco operacional

O risco operacional diz respeito a eventuais falhas, fraudes e problemas de gestão da empresa emissora que possam prejudicar diretamente o investidor. Seu gerenciamento é realizado na escolha de emissores com credibilidade e histórico positivo no mercado, por exemplo.

Risco de liquidez

O risco de liquidez se refere a uma possível dificuldade de transformar os ativos em dinheiro quando necessário. Para gerenciá-lo, basta analisar com cuidado a liquidez

dos investimentos e ter ativos com vários prazos na carteira ,incluindo uma reserva de emergência com liquidez diária.

Risco do ativo

Por fim, o risco do ativo é específico de cada investimento, como os preços do Petróleo para as ações da Petrobras, a queda da inflação para os títulos indexados ao IPCA ou a variação cambial para os fundos cambiais. Logo, requer um olhar atento às variáveis que impactam cada ativo da carteira e pode ser amenizado com a diversificação.

Como fazer o gerenciamento de riscos com fundos de investimento

Nos fundos de investimento, o gerenciamento de riscos é mais complexo pela variedade de ativos da carteira.

Fundos de renda fixa

Os fundos de renda fixa alocam a maior parte de seus recursos em títulos públicos e privados. Logo, seu risco de mercado é inferior ao dos fundos de renda variável, mas envolve todas as outras incertezas listadas acima, além da própria oscilação do valor das cotas.

Logo, sua gestão de riscos deve ser realizada por um gestor experiente no mercado de renda fixa, capaz de diversificar os ativos da carteira e selecionar emissores que cumpram com suas obrigações financeiras.

Fundos multimercado

Os fundos multimercado aplicam em várias classes de ativos de renda fixa e variável, combinando títulos públicos e privados com ações e variação cambial, por exemplo. Por essa razão, seu gerenciamento de riscos é mais complexo ,quanto maior a proporção de renda variável, maior a volatilidade.

Por isso, esses fundos costumam ser classificados como moderados e agressivos, e exigem uma gestão com estratégia avançada para combinar os ativos certos e compensar as flutuações de preços.

Fundos de previdência privada

Os fundos de previdência privada podem ser focados na renda fixa ou variável e também multimercado. Seu diferencial é a divisão entre fase de acúmulo e recebimento, além de benefícios fiscais como a opção de tabela regressiva do IR e ausência de come-cotas.

Por serem pensados na formação de reserva financeira para a aposentadoria, esses planos demandam um gerenciamento de riscos com visão de longo prazo, ou seja, compor uma carteira diversificada que traga retorno consistente ao longo dos anos e compensar possíveis perdas, resultando no maior patrimônio possível para o futuro do investidor.

Passo a passo para realizar uma gestão de risco

Dada a importância de gerenciar riscos quando se trata de investimentos é hora de aprender um passo a passo que o ajudará a estabelecer um planejamento que seja eficiente e o ajude a identificar melhor as oportunidades.

1. Identificar os riscos

Os investimentos estão suscetíveis a diferentes tipos de riscos, cabe ao investidor saber quais são eles, a fim de fazer a identificação antes que eles se concretizem. Basicamente, podemos dividi-los em:

- Risco de mercado — quando há chances de perda devido às flutuações e perdas de mercado, como a taxa de juros;
- Risco do ativo — é o risco ligado a cada tipo de ativo, por exemplo, se você investe em ações de refinarias de petróleo, terá que acompanhar o valor do petróleo;
- Risco de crédito — quando você compra ações de uma organização, você “empresta” dinheiro a ela, logo, se ela sofre falência, existe o risco de perda de parte ou mesmo totalidade dos investimentos feitos;
- Risco de liquidez — alguns títulos têm prazo para resgate, a fim de que o custo de oportunidade do investimento valha a pena, portanto, caso precise vender uma ação em curto prazo, pode ser que você não veja a totalidade deste.

2. Definir o nível de tolerância ao risco

A segunda tarefa é definir a tolerância ao risco. Isso significa trabalhar com a variação nos retornos de investimentos: o investidor precisa saber até que ponto ele está disposto a suportar. É preciso ser bastante realista, nesse caso, sobre a sua disposição, pois, caso você assuma um risco muito alto, pode criar um pânico e vender ativos na hora errada.

Para entender mais sobre o assunto, é interessante saber seu perfil de investidor e pesquisar períodos em que perdas históricas aconteceram e como isso afetou o mercado e a economia. Outros fatores devem ser considerados, como a capacidade dos seus ganhos futuros, diversificação dos seus investimentos, entre outros.

3. Traçar estratégias para o gerenciamento dos riscos

Depois de ter ideia do seu nível de tolerância ao risco, é hora de determinar algumas estratégias para se prevenir. Uma delas é limitar o número de ações

simultaneamente abertas. Assim, o investidor evita se perder em meio a muitos dados a serem analisados, concentrando os seus esforços nas ações que de fato podem lhe render mais lucro.

Outro ponto importante é ter uma estratégia que esteja alinhada aos seus objetivos, estudando, para isso, a variação diária de mercado, bem como o cenário macroeconômico. Afinal, a Bolsa de Valores sofre interferências de muitos coeficientes.

4. Acompanhar as movimentações do mercado

Outra questão importante é fazer o acompanhamento dos potenciais riscos de mercado. Como fazer isso? Verificar de perto as movimentações da Bolsa, bem como das ações e fundos multimercados adquiridos ao longo do tempo. Hoje já existem painéis que permitem visualizar o percentual de valorização ou desvalorização dos ativos.

No entanto, não é apenas esse recurso a ser utilizado. É importante fazer o acompanhamento do próprio mercado, analisar o histórico de compra e venda de ações da empresa, avaliar e computar o índice preço-lucro, mas também calcular o valor patrimonial da ação.

5. Tomar decisões

A partir do acompanhamento de mercado feito, é hora de tomar decisões quanto aos investimentos. É importante lembrar dos seus objetivos, se eles são de curto ou longo prazo, pois isso interfere diretamente nos seus próximos passos enquanto investidor.

Quais são os riscos de cada investimento? O que pode ser feito para reverter, caso uma ação tenha seu preço reduzido drasticamente? É preciso considerar as variáveis a fim de determinar o que deve ser feito.

O equilíbrio no mercado financeiro depende não só de fatores externos — como a estabilidade da economia — mas também de uma gestão de riscos nos investimentos, essa última ação impactada diretamente pela decisão dos investidores. Portanto, é

interessante que as pessoas tenham um planejamento e contem com o apoio de uma empresa de investimento para ajudá-las nessa tarefa.

2.1.1 PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO

O processo de gerenciamento de riscos é inerente a qualquer projeto. Quando desenvolvemos um plano, pensamos sobre o que pode dar errado e elaboramos maneiras de minimizar os problemas. Por isso, o processo em si precisa ser simples e efetivo para evitar a complexidade como fator de potencialização de riscos. Ainda que, descrito dessa maneira, o processo de gestão de riscos possa parecer difícil de ser elaborado, ele pode ser facilmente entendido.

O atual cenário do gerenciamento de riscos

Antes de partir propriamente para as etapas é fundamental contextualizar o cenário atual. Isso porque as novas tecnologias trazem inúmeros benefícios, mas também agregam novos riscos, principalmente nas suas versões pioneiras, quando ainda não foram suficientemente testadas.

O risco à segurança está entre os mais influentes na atualidade. A frase soa até contraditória, uma vez que a segurança tem a função de evitar problemas. Contudo, a atual disponibilidade de dados, por exemplo, expõe a privacidade de cada um de nós de uma forma impensável há pouco tempo atrás.

O gerenciamento desse tipo de risco é de extrema importância e não atinge apenas grandes empresas como o Facebook, o WhatsApp e o Google. É difícil conceber um negócio que atualmente não mantenha dados sobre seus clientes e fornecedores, na maioria dos casos na nuvem e vulneráveis em alguma medida.

Ainda assim, uma pesquisa da KPMG sobre o tema, no ano de 2017, revelou que, na área de tecnologia, 72% das empresas só alocam uma equipe de risco após a ocorrência de um problema. Quase metade dos entrevistados ainda afirma que utiliza

dispositivos e aplicações sem qualquer avaliação de risco e 50% das empresas usam dados obsoletos.

É compreensível que seja assim. Afinal, a urgência por agilidade acima de tudo, na transformação digital, é evidente e os riscos são uma possibilidade camuflada. É justamente por isso que o processo de gerenciamento de riscos é importante. Ele evidencia as possibilidades de problemas, classifica-as e determina os procedimentos de prevenção e correção.

As etapas do processo de gerenciamento de riscos e a tecnologia

Identificação do risco

Apesar de ser elementar a necessidade de começar relacionando os riscos e, como dissemos, de ela ser uma atividade natural na elaboração de projetos, essa primeira etapa é uma das que mais sofrem impacto da tecnologia e da transformação digital.

Recursos como o Big Data, a Inteligência artificial (IA) e a Internet das coisas (IoT), estão mudando a forma como coletamos dados e prevemos problemas. O Big Data amplia a fonte de informação, a IA automatiza a coleta e a IoT monitora ocorrências diversas, como o aumento de temperatura em equipamentos e a falta de itens em estoque, por exemplo.

O processo convencional de levantar informações sobre os riscos com os envolvidos no processo continua sendo importante, mas agora é possível ir além e, ao mesmo tempo, confirmar as suspeitas e receios da equipe com a ajuda da tecnologia.

Análise do risco

Com os riscos relacionados, é hora de analisá-los buscando identificar até que ponto cada um deles pode ocorrer de fato. Obviamente, não estamos falando de um processo de adivinhação e, muitas vezes, nem todas as variáveis que podem influenciar na ocorrência de um problema estão disponíveis. Mas com a definição de métricas variadas é possível obter uma previsão bastante razoável.

Na atualidade, grande parte desse processo pode ser automatizada e as análises podem ser ampliadas. Os algoritmos estão sendo desenvolvidos com uma capacidade de inteligência cada vez maior e não faz sentido limitar-se nesse campo. Mesmo os programas de análise estatística evoluíram muito e estão muito mais acessíveis.

Priorização dos riscos

Com base na análise, fica fácil relacionar os riscos de acordo com as características de alto, médio ou baixo. Os mais significativos são aqueles que podem interromper o seu projeto ou implicar em custos altos. Paralelamente, também é fundamental determinar aqueles que necessitam de uma resposta mais imediata.

Nesse aspecto, a tecnologia tem ajudado com recursos de previsão mais avançados e efetivos. A Inteligência de Negócios é baseada em dados ricos e disponíveis em tempo real nas mais diversas fontes.

Definição do responsável pelo risco

Toda tarefa que não é designada para uma pessoa específica pode ser feita por qualquer um. Ao mesmo tempo, é provável que todos esperem que ela seja executada por outra pessoa. Com riscos não é diferente. Atribua um responsável para cada risco, preferencialmente de acordo com a capacidade de cada um para evitar a ocorrência daquele problema.

Mas o envolvimento de cada colaborador não pode depender apenas de uma ordem. Ele precisa assimilar a cultura de prevenção e de disponibilidade de dedicação.

Automatizar algumas de suas tarefas é determinante para que ele disponha de tempo para manter seu foco em ações mais estratégicas, como a gestão de riscos.

Resposta ao risco

A resposta ao risco passa pelo questionamento sobre o seu aproveitamento positivo. Afinal, alguns problemas podem ser explorados para melhorar o projeto, redesenhando procedimentos ou aplicando inovações incrementais.

Aqui, talvez tenhamos a maior influência prática da tecnologia na gestão de riscos. Isso porque essa resposta positiva ao risco é uma das características das soluções tecnológicas. Dados lançados com a utilização de softwares robôs (RPA), por exemplo, evitam erros humanos. Assim ocorre com todo o tipo de automação.

Monitoramento do risco

O monitoramento é um procedimento contínuo que precisa estar baseado em métricas. O responsável deve acompanhá-las como um piloto de avião observa o painel da aeronave. Variações de alguns registros podem dar pistas de aumento de probabilidade dos riscos e permitir ações proativas.

Para concluir, vale mencionar que o processo de gerenciamento de riscos não é diferente de vários outros. Para colocá-lo em prática, é fundamental criar uma cultura organizacional que deixe clara a sua importância, pois ele depende de pessoas para funcionar. O lucro sem segurança nunca é algo sustentável indefinidamente, pois pequenos problemas podem tomar grandes proporções.

ISO 31000: o que é e para que serve a Norma Internacional da Gestão de Risco

A ISO 31000 é a Norma Internacional da Gestão de Risco, que trata de estabelecer as diretrizes para condução desse processo em uma organização empresarial.

Em seu texto, busca definir as boas práticas que regem o setor e norteiam o modo ideal de realizar o gerenciamento de ameaças.

Cada empresa precisará lidar com uma série de riscos moldados de acordo com as particularidades do segmento de mercado no qual atuam. Ao mesmo tempo, precisam prestar contas sobre as práticas adotadas, gerando valor e respeito para a governança corporativa da organização.

Apesar desse nível de autonomia que é garantido para cada companhia na hora de fazer o seu gerenciamento de riscos, o mercado exige um nível de padronização para assegurar a credibilidade das ações e dos resultados obtidos.

Daí a necessidade de conhecer a ISO 31000, a Norma Internacional da Gestão de Risco, que define os princípios do PGR e fornece um escopo básico para sua implementação em diferentes momentos da evolução de uma organização.

O que é a ISO 31000 (Norma Internacional da Gestão de Risco)

Em um texto tão valioso quanto conciso, a norma internacional da gestão de risco, conhecida como ISO 31000, fornece as diretrizes para desenvolvimento do processo de gerenciamento de riscos nas empresas, atuando como um recurso importante do planejamento estratégico empresarial.

Ela faz a recomendação que o processo de gestão de riscos seja conduzido de maneira integrada à gestão empresarial, sendo considerado inclusive em momentos de tomada de decisão, como por exemplo na formação de parcerias e da cadeia de suprimentos.

Os riscos são abordados na norma ISO 31000 como efeitos da incerteza sobre objetivos, portanto, trazem uma definição ampla das diretivas recomendadas. Isso permite que cada empresa adapte o texto da ISO 31000, traduzido pela ABNT, para a sua realidade.

Quais são os princípios da ISO 31000

O gerenciamento de riscos é de extrema importância para proteger a operação de uma empresa, ao mesmo tempo que lhe agrega valor e a transforma em uma alternativa de investimento valiosa para o mercado.

Com esse objetivo em foco, a ISO 31000 se direciona a fatores organizacionais para que uma empresa possa otimizar o planejamento interno e a tomada de decisões para alcançar suas metas.

A abordagem sobre gestão de riscos da ISO 31000 pode ser amplamente personalizada para se adequar a cada organização, no entanto, não pode se distanciar dos princípios básicos definidos para a norma, que são os seguintes:

Integração: a gestão de riscos deve considerar todas as atividades e relações de uma empresa;

Estrutura e abrangência: informações levantadas pela gestão de riscos recebem um tratamento abrangente e estruturado a fim de gerar resultados consistentes;

Personalização: a gestão de riscos deve ser personalizada para estar de acordo com as particularidades e objetivos da empresa;

Inclusão: assim como na boa governança corporativa, deve-se promover a equidade, conscientização e inclusão de todos os interessados sobre as práticas da gestão de riscos;

Dinamismo: o processo adotado para gestão de riscos deve ser dinâmico e flexível, ou seja, precisa estar pronto para se adequar à mudanças da legislação ou do mercado para se manter eficiente;

Fornecimento da melhor informação: a melhor qualidade de informação possível deve ser garantida a todo momento durante o processo;

Melhoria contínua: seguindo a recomendação sobre dinamismo, o princípio da melhoria determina que o processo de gestão de riscos deve sempre ser revisado e otimizado para conseguir os melhores resultados possíveis.

Como podemos observar, os princípios da norma ISO 31000 definem um padrão a ser mantido para obtenção de resultados satisfatórios, ao mesmo tempo que permitem à organização elaborar o processo de acordo com as suas necessidades únicas.

Práticas recorrentes no PGR baseado na ISO 31000

Além dos princípios da ISO 31000, citados anteriormente, o texto da norma internacional da gestão de riscos traz recomendações sobre as etapas que devem ser adotadas para o seu processo.

Antes de conhecermos quais são elas, no entanto, precisamos destacar a recorrência das seguintes atividades:

Comunicação e consulta

O processo de comunicação e consulta envolve toda interação da gestão de riscos que engloba a troca de informações, opiniões e mensagens.

Comunicar e consultar servirá para que, antes da tomada de decisões, a organização tome conhecimento da posição e perspectiva dos seus membros. A comunicação interna de uma empresa é determinante para seu sucesso, pois garante a qualidade geral das informações compartilhadas.

Monitoramento e análise crítica

Aqui, vemos um processo de supervisão e leitura dos dados obtidos à medida que o processo de gerenciamento de riscos avança em uma organização.

Registro e relato

Finalmente, em registro e relato envolve a prestação de contas e manutenção dos dados levantados para consultas futuras, disponibilizando-os para aqueles interessados e participantes nos processos de decisão.

Etapas do gerenciamento de riscos pela ISO 31000

Os processos recorrentes permeiam as etapas do gerenciamento de riscos com base na ISO 31000, que se dá no seguinte formato:

1. Escopo, contexto e critérios

Avaliando o contexto interno e externo, é desenhado um escopo da gestão de riscos para a empresa, elencando seus critérios, objetivos e ambientação completa. É uma etapa inicial de grande importância, em que a comunicação constante e a análise crítica dos dados apontados devem ser priorizados.

2. Identificação de riscos

Para dar sequência ao processo de gestão de riscos, deve-se questionar tudo que possa servir para identificar o risco, incluindo o que pode acontecer, quando, onde, como e porquê.

3. Análise de riscos

Na etapa de análise, é onde deve ser criada a matriz de gestão de riscos, determinando as consequências dos riscos, probabilidade de acontecerem e o nível de impacto sofrido pela organização em cada evento.

4. Avaliação de riscos

Considerando a projeção da análise de riscos e os critérios determinados para o seu gerenciamento por parte da empresa, se estabelecem as prioridades e os riscos que demandam uma tratativa imediata.

5. Tratamento de riscos

Por fim, temos a etapa de tratamento efetivo dos riscos, em que a gestão de riscos baseada na ISO 31000 irá identificar as alternativas, analisar sua viabilidade e eficiência, preparar um plano de contingência ou mitigação de riscos e avaliar a existência de ameaças residuais.

Quando implementar a gestão de riscos baseada na ISO 31000

A Norma Internacional da Gestão de Riscos ISO 31000 pode ser aplicada em diversos momentos de uma organização, elevando o nível de governança corporativa e obviamente combatendo os riscos operacionais.

De modo geral, sua utilização é válida quando temos alterações nos objetivos e metas gerais, quando nota-se alterações nos riscos aos quais a empresa está exposta, incluindo por fatores no ambiente interno ou externo, ou quando é preciso implementar um processo de adequação.

A partir do processo de gestão de riscos seguindo a ISO 31000, é possível desfrutar dos seguintes benefícios:

- Operações mais eficientes;
- Promoção de valores de governança corporativa;
- Estímulo à credibilidade empresarial;
- Combate à perdas e riscos;
- Desempenho melhorado quanto à normas regulamentadoras;
- Gestão proativa e empenhada;
- Tomada de decisões otimizada e sólida.

2.1.2 MATRIZ DE RISCO

A gestão de riscos é utilizada nas organizações como ferramenta de integração, onde cada área trabalha para identificar, priorizar e tratar os fatores de riscos que podem se concretizar como ameaças ou oportunidades.

O propósito é estabelecer uma gestão coordenada, partindo de uma visão departamental ou setorial, a fim de atingir uma visão holística da organização, contando com o envolvimento e a experiência de todos os interessados nos objetivos da empresa.

Um risco é um evento ou uma situação incerta que, caso ocorra, pode provocar um impacto positivo ou negativo em algum projeto, área ou processo da organização.

O gerenciamento de riscos envolve o processo de planejamento, organização, direção e controle de todos os recursos humanos ou materiais.

Análise de risco por meio da matriz de risco (MR)

Uma das primeiras etapas de um gerenciamento de risco organizacional, desempenhada pela equipe de gestão de riscos, é a identificação de todos os fatores de risco. Depois, deve acontecer o reconhecimento e avaliação dos fatores positivos e negativos.

1- Planejamento do gerenciamento de riscos: abordar, planejar e executar atividades de gerenciamento de riscos;

2- Identificação de riscos: quais, onde e quando, porque e como os eventos podem impedir, atrapalhar, atrasar, ou melhorar o alcance dos objetivos;

3- Análise qualitativa e quantitativa de riscos: consiste em identificar e avaliar os controles existentes,

4- Planejamento de respostas ao risco: consiste em desenvolver estratégias e planos de ações, visando aumentar oportunidades e reduzir ameaças;

5- Monitoramento de respostas aos riscos: envolve o acompanhamento dos riscos identificados;

6- Comunicação implícita: consiste em comunicar e consultar as partes em cada etapa do processo de gerenciamento de riscos e em relação ao processo como um todo.

A Matriz de Risco (MR) é uma ferramenta importante devido ao seu potencial para comunicação visual e pela facilidade na elaboração e manutenção.

A matriz de avaliação de risco pode ajudar a identificar riscos em um escopo amplo de uma empresa, como por exemplo no escopo dos processos de negócios e dos processos individuais.

Uma vez compreendido o que é uma Matriz de Riscos e porquê utilizá-la, fica mais fácil entender seu processo de construção. Abaixo segue uma imagem da Matriz de Riscos para contextualizarmos seus elementos e, posteriormente, sua construção.

Probabilidade	90%	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto
	70%	Baixo	Médio	Médio	Alto	Alto
	50%	Baixo	Baixo	Médio	Alto	Alto
	30%	Baixo	Baixo	Médio	Médio	Alto
	10%	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Médio
		Baixíssimo	Baixo	Médio	Alto	Altíssimo
		Impacto				

A matriz de riscos, portanto, é do que uma tabela que pondera dois aspectos: impacto e probabilidade. Logo, será por meio destes dois aspectos que será possível calcular, classificar e visualizar os riscos. Porém, antes de iniciarmos de fato o seu processo de construção, é preciso conhecer de forma mais detalhada como são definidas as grandezas de Probabilidade e Impacto.

Probabilidade

A probabilidade localiza-se no eixo vertical dessa matriz. Consiste na medida que indica a probabilidade de ocorrência de um risco. Em resumo, através dela pondera-se a facilidade ou dificuldade de determinado risco acontecer.

No entanto, essa probabilidade precisa ser traduzida em números que também podem ser convertidos em porcentagem. Logo, a classificação para as probabilidades seguem o seguinte padrão:

- Baixíssimo: 1 a 10%
- Baixo: 11 a 20%
- Médio: 31 a 50%
- Alto: 51 a 70%
- Altíssimo: maior que 71%

Impacto

Por outro lado, o impacto localiza-se no eixo horizontal. Ele é responsável por indicar em números as consequências de um risco, no caso de ocorrência deste. No entanto, o impacto pode ser tanto positivo como negativo, como é o caso da ocorrência acarretar na perda de clientes ou mesmo no dano à equipamentos. Ele também é ponderado entre: baixíssimo, baixo, médio, alto ou altíssimo.

Uma vez definido os critérios de impacto e probabilidade, primeiramente você deve identificar e retratar os critérios que definirão a probabilidade e o impacto do risco para determinado projeto/processo, como por exemplo para a probabilidade:

- Baixíssimo: 1 a 10% [improvável]
- Baixo: 11 a 20% [pode ocorrer uma vez em um ano]
- Médio: 31 a 50% [pode ocorrer duas vezes em um ano]
- Alto: 51 a 70% [pode ocorrer mensalmente]
- Altíssimo: maior que 71% [pode ocorrer semanalmente]

Logo, da mesma forma deve-se fazer para o impacto:

- Baixíssimo: consequências pouco significativas;
- Baixo: riscos de consequências reversíveis em curto e médio prazo a custos poucos significativos;
- Médio: riscos de consequências reversíveis em curto e médio prazo a custos baixos;
- Alto: riscos de consequências reversíveis em curto e médio prazo a custos altos;
- Altíssimo: Os riscos possuem consequências irreversíveis ou de custos inviáveis.

A gestão de riscos é uma condição obrigatória para a conclusão de forma bem-sucedida de um projeto. Pois caso os riscos não sejam devidamente identificados ou, ainda assim identificados, porém não suficientemente avaliados, você não tem como mitigá-lo. Assim, a matriz de riscos possui exatamente essa função, ponderando as probabilidades e consequências dos riscos.

2.2 GESTÃO DE AGRIBUSINESS

A administração rural nada mais é do que o controle e gerenciamento das atividades rurais. Busca manter o negócio ativo e lucrativo a fim de cobrir os gastos e gerar reservas para a renovação de investimentos necessários à realidade econômica do setor. Esses investimentos permitem, por vezes, agregar valor ao produto e facilitar o trabalho do agricultor perante as dificuldades diárias do seu trabalho braçal e exaustivo, conseqüentemente, possibilita maior qualidade de vida à população que atua nesse ramo de atividade.

A profissionalização da gestão da atividade agrícola está evoluindo a cada dia, principalmente nos comandos das propriedades onde os filhos se desempenham na atividade, cuja natureza da atividade requer competências em termos produtivos, comerciais e financeiros.

A gestão da propriedade rural envolve habilidades e competências que muitas vezes os agricultores não possuem, sendo necessário se profissionalizar. Para que o agricultor tenha uma boa gestão da propriedade, necessita ter um pensamento sistêmico, aprendizado organizacional, liderança, busca por resultados, conhecimentos do mercado, foco e inovação. Produzir com inovação garante ao agricultor uma sustentabilidade econômica e capacidade de acúmulo de riqueza.

A administração rural, como ciência social, visa adequar os fatores de produção a fim de otimizar os resultados do empresário rural. Nesse sentido, seus principais objetivos são:

- Administrar com mais eficiência os fatores de produção disponíveis (terra, benfeitorias, máquinas, insumos e mão de obra).

- Empregar a tecnologia adequadamente, em função das condições da propriedade e dos recursos do produtor.

- Aumentar a produtividade das atividades exploradas na propriedade. •
Gerenciar os custos de produção da empresa rural.

- Minimizar os riscos de produção e do mercado.

- Criar um bom ambiente de trabalho, para que haja harmonia entre patrão e empregados.
- Garantir melhoria na qualidade de vida de todos aqueles que trabalham na propriedade.
- Conservar e, se possível, aumentar o valor do patrimônio.
- Proteger o meio ambiente, especialmente os mananciais de água e as matas ciliares.
- Elevar o “prestígio” do produtor junto à comunidade onde atua.
- Contribuir para que a propriedade agrícola se transforme em empresa rural e possa manter o homem no campo, gerando excedentes para exportação.

2.2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR

Agricultura familiar é toda forma de cultivo de terra que é administrada por uma família e emprega como mão de obra os membros da mesma. A produção de alimentos acontece em pequenas propriedades de terra e se destina a subsistência do produtor rural e ao mercado interno do país. O setor se destaca como produtor de alimentos, em especial pela produção de milho, mandioca, pecuária leiteira, gado de corte, ovinos, caprinos, olerícolas, feijão, cana, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, fruticulturas e hortaliças.

A agricultura familiar está presente em todos os biomas do País e se caracteriza por uma grande diversidade de organização e de adaptar-se em cada um dos biomas brasileiros, garantindo a segurança alimentar e nutricional da população. A forma de gestão das propriedades familiares, utilizando insumos da própria propriedade ou das redondezas, mão de obra própria, tendência a multiplicar materiais genéticos locais e participação de comercialização, as aproxima dos princípios agroecológicos.

Outra vinculação por afinidade que a agricultura familiar tem é com a produção de serviços ecossistêmicos.

Essas características abrem possibilidades interessantes de acessar linhas de financiamento específicas e adquirir adicionais competitivos com selos de qualidade, que vêm sendo cada vez mais utilizados e mostrando-se com grande potencial de beneficiar os agricultores familiares. Porém, vem sofrendo com empecilhos no Estado de São Paulo, em virtude da dificuldade de obtenção de crédito via Pronaf, bancos federais e estaduais e bancos comerciais, ao mesmo tempo em que vem sofrendo com a falta de apoio no tocante à assistência técnica via órgãos governamentais e não governamentais.

No Brasil, a agricultura familiar conta com uma legislação própria. É considerado agricultor familiar aquele que promove atividades no meio rural em terras, emprega mão de obra da própria família e tem sua renda vinculada à produção resultante desse estabelecimento.

Em 2019, a Organização das Nações Unidas lançou a Década da Agricultura Familiar, que está sendo implementada pela Nações Unidas para Alimentação e Agricultura e pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, com a finalidade de fortalecer a agricultura familiar por meio da criação de políticas públicas que englobam questões econômicas, sociais e ambientais.

As utilidades da agricultura familiar tem sido cada vez mais reconhecida no exterior em função de sua importância não apenas na produção de alimentos, mas pela função essencial de gerar emprego e renda a partir de seus sistemas agrícolas diversificados. Isso garante a segurança alimentar, bem como protege a agrobiodiversidade e os ecossistemas, colaborando assim, para minimizar os riscos decorrentes da degradação ambiental e do aquecimento global.

2.2.2 GESTÃO NAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS

A propriedade Rural de acordo com a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, também conhecida como Estatuto da Terra, define "imóvel rural" como sendo “o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada.”.

Porém, nem todas as propriedades recebem a mesma denominação, haja vista que a denominação de uma construção rural varia de acordo com a destinação e a área ocupada e utilizada. Nesse sentido, as principais denominações de imóveis rurais:

- Rancho;
- Sítio;
- Chácara;
- Roça;
- Fazenda;
- Granja;
- Engenho;
- Estância.

A gestão rural apresenta diversos desafios que incluem, além de uma boa administração dos negócios, a produtividade das safras e o gerenciamento de recursos. Seja em pequenas ou grandes plantações, é preciso ter um bom conhecimento sobre a terra e como administrá-la.

Podemos definir gestão rural como as diversas medidas tomadas com a finalidade de administrar um negócio no campo, como fazenda e plantações. Essas medidas envolvem tanto os processos de produção quanto estratégias de negócios, visando seu desenvolvimento.

Uma boa administração rural é fundamental para que a empresa obtenha sucesso e se desenvolva no competitivo mercado do agronegócio. Para isso, o gestor poderá

enfrentar desafios como controle da produção, gestão dos trabalhadores, otimização dos processos, impactos ambientais, qualidade da safra, entre outros.

A gestão agrícola faz parte de um conjunto de atividades para aperfeiçoar desde a organização, planejamento, produção até o controle da lavoura para reduzir custos e amplificar o desenvolvimento da fazenda, melhorando assim a produtividade sendo assim há algumas etapas para melhorar a gestão da propriedade rural:

- Gestão de processo

Como qualquer empresa, uma fazenda precisa ter uma integração eficiente entre os setores. Então, o diagnóstico dos processos pode começar com um melhor entendimento de como está a comunicação entre as áreas da propriedade.

- Gestão de pessoas

A mão de obra no campo pode ser um desafio, mas a necessidade de uma boa gestão de pessoas é idêntica a qualquer outro mercado. Para a gestão funcionar, é fundamental ter funcionários engajados nos objetivos do negócio rural.

Para ajudar na gestão de pessoas há alguns pilares para ser seguidos para ter uma boa gestão de pessoas:

- o Comunicação transparente;
- o Treinamentos;
- o Diferentes tipos de aprendizagem.

- Ferramentas

Quando o assunto é ferramentas, considera-se duas áreas importantes: implementos e máquinas adequadas à produção e ferramentas que ajudem na gestão de informações da propriedade.

Geralmente, os produtores rurais já estão bem atentos à gestão das máquinas e implementos, se mantendo sempre informados às novidades do mercado e estudando bastante sobre o tema.

Outro método utilizado para a gestão é o Ciclo PDCA (Plan, Do, Check e Act) é um dos instrumentos que podem auxiliar o processo de gestão do estabelecimento rural como um todo. Este método pode ser aplicado para gerir cada setor do estabelecimento rural ou mesmo cada etapa do desenvolvimento das atividades da propriedade.

No Ciclo, "Plan" ou Planejar é o processo de estabelecer as metas ou resultados esperados e os procedimentos para atingir tais metas.

"Do" ou Fazer trata da execução das atividades planejadas.

"Check" ou Conferir refere-se ao processo de obtenção e organização de dados sobre os processos de execução das atividades, visa conferir se a execução está conforme o planejado e elaborar relatório sobre as verificações.

"Act" ou Agir trata da análise do relatório produzido e das informações geradas. Indica os prováveis fatores que influenciaram os processos e produziram, ou não, desvios na obtenção dos resultados e analisa e aponta formas de solução e melhorias.

2.2.3 GESTÃO DO RISCO PARA UMA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL

Como já citado, existem vários métodos para se gerenciar os riscos em uma pequena propriedade rural, porém, a forma mais eficiente é se fazer uma matriz de riscos, classificando os riscos, a fim de identificá-los, classificá-los, avaliá-los, tratá-los e depois monitorá-los.

Para uma pequena propriedade rural, pode ser usado o modelo de matriz abaixo.

Matriz de Risco											
Probabilidade		Ameaças					Oportunidade				
Muito Alta	5	5	10	15	20	25	25	20	15	10	5
Alta	4	4	8	12	16	20	20	16	12	8	4
Médio	3	3	6	9	12	15	15	12	9	6	3
Baixa	2	2	4	6	8	10	10	8	6	4	2
Muito Baixa	1	1	2	3	4	5	5	4	3	2	1
		1	2	3	4	5	5	4	3	2	1
		Muito Baixo	Baixo	Médio	Alta	Muito Alta	Muito Alta	Alta	Médio	Baixo	Muito Baixo
Impacto											

Os riscos em uma propriedade rural podem ser muitos, mesmo em uma pequena propriedade. Os Riscos Operacionais estão relacionados ao processo de gestão da propriedade, como falhas no processo produtivo, problemas com a estrutura e maquinários da propriedade e até acidentes no local de trabalho. Esses riscos podem ser considerados de baixo impacto, pois podem ser contornados rapidamente.

Os Riscos de Mercado são aqueles que estão associados com as variações econômicas e alterações em valores, conforme oferta e demanda. Uma propriedade rural também está sujeita a alterações em taxas, aumento de insumos, dentre outros motivos. Esse risco pode ser considerado médio. Ele é muito perigoso, mas se a propriedade tem um planejamento e consegue se antecipar e ter reservas, pode passar por esse risco sem grandes perdas.

Uma propriedade rural, está sujeita a alguns riscos exclusivos, como os Riscos Agrônômicos, esse risco pode ser considerado alto, pois é muito mais difícil de prever e controlar. Esses riscos estão quase sempre relacionados às intempéries do clima, riscos climáticos. O clima pode acabar rapidamente com lavouras inteiras em poucos dias, como ocorre com as geadas nas regiões mais frias do Brasil, geralmente, toda a plantação acaba sendo “queimada” pelas baixas temperaturas.

Ninguém consegue prever totalmente o futuro, mas com um pouco de análise e o uso das tecnologias disponíveis para a análise de riscos, é possível estar um pouco mais preparado para passar pelas dificuldades que uma propriedade rural está exposta.

3. CONCLUSÃO

Sabemos que hoje em dia quase todos alimentos que consumimos vem direto da agricultura, que acaba sendo a grande parte econômica de muitos municípios. Porém, esse setor está à mercê de algumas instabilidades do clima, por exemplo, que pode pôr em risco toda a safra. É por isso que cada vez mais se tem feito gerenciamento dos riscos, para que se possa evitar perdas maiores.

É muito importante a identificação e tratamento desses riscos, que são muitos. Os riscos podem ser, de mercado, de crédito, operacional, dentre muitos outros. Depois de identificados esses riscos, é muito importante que se trace estratégias para fazer o gerenciamento desses riscos. Para que se tenha êxito no gerenciamento, é necessário que o processo seja de fácil entendimento, a fim de evitar complexidades. Esse processo tem uma trilha a ser seguida. Primeiramente, deve-se identificar os riscos, logo em seguida é hora de se fazer uma priorização dos riscos. Logo após essas etapas, é hora de escolher um responsável pelos riscos. Feito isso, os riscos devem ser sempre monitorados. Para guiar o gerenciamento de riscos, temos uma norma internacional, a ISO 31000. Essa ISO fornece as diretrizes para desenvolvimento do processo de gerenciamento de riscos nas organizações, atuando como um recurso importante do planejamento estratégico empresarial.

Falando de Agricultura, não podemos deixar de falar da Agricultura Familiar. Nesse tipo de agricultura, a terra é administrada por uma família e com a mão de obra de seus membros. Geralmente muitas famílias plantam para se alimentar e também vender seus produtos em suas comunidades. Esse tipo de Agricultura está espalhado por todo território nacional. No Brasil, esse tipo de agricultura conta com uma legislação. É considerado agricultor familiar aquele que promove atividades no meio rural em terras, emprega mão de obra da própria família e tem sua renda vinculada à produção resultante desse estabelecimento.

Concluindo, a agricultura está muito presente no dia a dia do brasileiro e mesmo que em pequenas propriedades ou em propriedades familiares, é muito importante que se leve a sério o gerenciamento de riscos para que não se sofra muito com as

adversidades a que está exposto esse tipo de negócio. Existem vários tipos de análises que podem ser feitas e até normas internacionais que podem ser seguidas a fim de ajudar no gerenciamento de riscos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Massilon J. Fundamentos de agronegócios. São Paulo: Atlas, 2009.
BARBOSA, Jairo Silveira. Administração rural a nível de fazendeiro. São Paulo: Nobel, 1983.

BERTOLUCCI, R. Matriz de risco: uma ferramenta para avaliação de riscos. Curitiba: Auditoria Operacional, 2016. Disponível em:
<<https://auditoriaoperacional.com.br/matriz-de-risco-uma-ferramenta-para-avaliacao-de-risco/>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Vin%C3%ADcola_Guaspari

https://blog.climatefieldview.com.br/conheca-os-tres-pilares-fundamentais-para-ter-uma-gestao-rural-de-sucesso?gclid=EAIaIQobChMI7oiE8OOa9AIVFD6tBh2peg-dEAAYAiAAEgJt7fD_BwE

https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Propriedade_rural

https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Agricultura_familiar

<https://transformacaodigital.com/tecnologia-da-informacao/6-passos-no-processo-de-gerenciamento-de-riscos/>

<https://www.onze.com.br/blog/gerenciamento-de-riscos/>

<https://cmcapital.com.br/blog/gestao-de-riscos/>

<https://www.linkana.com/blog/iso-31000/>